



FEMINISMO COMUNITÁRIO AMERÍNDIO E ESPIRITUALIDADE: CULTIVANDO R-EXISTÊNCIAS

Amerindian community feminism and spirituality: cultivating r-existences

Priscilla dos Reis Ribeiro¹

Resumo: O presente artigo intenta provocar a reflexão acerca das relações entre as formas que as mulheres indígenas elaboram a cosmovivência do sagrado em suas vivências a partir de seus corpos-territórios. A organização coletivamente de seus modos ancestrais de resistência, inclui não apenas os corpos individuais, mas também o corpo social e o corpo da terra e esta perspectiva é a que se deseja investigar. Por considerarem a humanidade como lugar de plantio do sagrado, a partir de pressupostos onde o conceito de comunidade se estende também aos corpos não humanos, estas mulheres enunciam seus saberes a partir das fronteiras e os fazem ecoar para além das perspectivas capitalistas que em seus reducionismos, marginalizam o que não conseguem aniquilar epistemologicamente. Estas mulheres, guerreiras da ancestralidade, têm agido pelo reencantamento do mundo ao habitarem os entre-lugares onde a luta se faz de braços dados, com o canto-rezo originário nos lábios e em conexão profunda com os biomas de seus territórios e a partir deste território existencial, elas nos propõem novas lógicas de ser. Desta forma, este cultivo de si mesmas e do coletivo de maneira resistente e significativa, tem muito a colaborar para o alargamento de nossa cosmopercepção.

Palavras-chave: Feminismo comunitário. Corpo-território. Decolonialidade.

Abstract: This article aims to provoke reflection on the relationship between the ways in which indigenous women elaborate the cosmoexperience of the sacred in their awareness from their bodies-territories. The collective organization of their ancestral modes of resistance includes not only individual bodies, but also the social body and the body of the land, and this is the perspective we wish to investigate. By considering humanity as a place where the sacred is planted, based on assumptions where the concept of community also extends to non-human bodies, these women enunciate their knowledge from the borders and make it echo beyond the capitalist perspectives that, in their reductionism, marginalize what they cannot epistemologically annihilate. These women, warriors of ancestry, have been acting for the re-enchancement of the world by inhabiting the in-between places where the struggle takes place arm in arm, with the original song-pray on their lips and in deep connection with the biomes of their territories and from this existential territory, they propose new logics of being. In this way,

¹ Priscilla dos Reis Ribeiro é mestra em Teologia Histórica pelo Centro Presbiteriano de Pós Graduação Andrew Jumper – Universidade Presbiteriana Mackenzie e é mestranda em História das Ciências, Técnicas e Epistemologias pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: priscilladosreisribeiro@gmail.com



this cultivation of themselves and of the collective in a resistant and meaningful way has a lot to contribute to broadening our cosmoperception.

Keywords: Community feminism. Body-territory. Decoloniality.

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é nos provocar a ousar sonhar. Relacionar as formas que as mulheres indígenas tecem com o fio da história uma cosmovivência do sagrado, constituída a partir dos corpos-territórios que se organizam coletivamente nos desafia a atentar para práticas de resistência holísticas que incluem não apenas os corpos dos indivíduos, mas também o vasto corpo social e o corpo da terra. Resgatar a percepção originária de que a humanidade é território epistemológico de plantio e colheita e que ambos os ciclos são impregnados de sacralidade, significa compreender que, para além das perspectivas capitalistas que atropelam nossa existência, inoculam em nós a ânsia de tão somente consumir e finalizam por nos desumanizar-nos, re-existem múltiplas sabedorias ancestrais que tangenciam o cultivo de si mesmo e do coletivo em harmonia.

Elas estão aqui: vivas, latentes, florescendo a partir do nosso próprio território; por isso mesmo que as sabenças nativas colocam diante de nós epistemes que foram deixadas à margem do rio da história. As mulheres indígenas, habitantes dos entre-lugares e caminhantes do pensamento fronteiro nos provocam a não apenas enunciar a diversidade de saberes enraizados e constituídos a partir dos seus biomas, mas também a constatar a violenta subalternização destes perante as formulações cultas dos discursos hegemônicos.

Diante deste fato histórico, cabe-nos dar visibilidade a outras propostas que recuperem o que foi negado pela modernidade e ressignifique este repositório de conhecimento tendo como ponto de partida a crítica ao racionalismo eurocêntrico. Ampliar-lhes a voz, considerar-lhes a memória de sabedorias não euro referenciadas, é uma forma de proporcionar-lhes reparação histórica através de uma comunicação de afetos e saberes que não coaduna com a mentalidade eurorreferenciada.



As mulheres ameríndias têm nos seus corpos-territórios perspectivas que desafiam não só as articulações políticas pela garantia de direitos mas também o fazer teológico posto que, ao conectar a lógica do cultivo no corpo da terra às suas vivências na geopolítica de Latinoamérica elas façam com que o locus de enunciação por excelência, seja o espaço sócio histórico onde são nutridas as suas vivências, espaço este afetado pelas múltiplas espoliações mas fértil de resistências ao binômio colonialidade/modernidade que desde a ocupação europeia modificou indelevelmente o sul global.

CORPO-TERRITÓRIO: TOPOS FÉRTIL DE EPISTEMOLOGIAS ANCESTRAIS

As mulheres têm sido historicamente tratadas como sujeitos subalternizados, porém são elas que seguem determinadas na conquista de múltiplas representatividades, inaugurando outras narrativas a partir de suas epistemologias tradicionais que não pararam no tempo, pelo contrário, continuam ativas e construindo realidades distintas das hegemônicas. Seus objetivos perpassam uma vida mais justa para todos, humanos e não humanos e tal premissa faz toda a diferença pois é a partir da potência de seus corpos que elas escolhem politicamente tornar ato concreto, de maneira radicalmente inclusiva e na materialidade do momento histórico em que vivem, a urgência de serem percebidas não apenas como construtoras de suas sociedades, mas também como protagonistas deste momento histórico, político, religioso e social.

Como foi dito na escrita coletiva do documento publicado pela Fundação Luterana de Diaconia (FTL) em parceria com o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)²,

² SCHWINGEL, Kassiane (org.). **Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!** Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia; Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/prisc/Downloads/COMIN-Mulherescorposterritoriosindigenasemresistencia_2023.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



o corpo-território das ancestralidades está em rede de voz e falas potências de ser as mulheres-biomas, porque somos terra, sementes, raiz, tronco, galhos, folhas e frutos, mulheres conectadas com o corpo da Terra. Somos diversas, somos avós, mães, irmãs, filhas e netas. Nós pelas que vieram antes de nós, nós por nós e pelas que virão.³

Desta forma, falar sobre corpo-território é adentrar também no conceito de feminismo comunitário e tornar tangível aos cinco sentidos as cosmopercepções que estruturam os mundos dessas mulheres, onde todos os seres compartilham do mesmo destino e as batalhas por uma sociedade mais justa são sentipensadas⁴ a partir da coletividade, sendo partilhada e horizontal. Vale ressaltar que o conceito de feminismo comunitário nascido na Bolívia em 2003 tem em Julieta Paredes, boliviana da etnia aymara e militante feminista descolonial, uma de suas fundadoras que sistematiza a iniciativa como movimento popular das mulheres indígenas na luta contra o neoliberalismo e sua agenda de privatizações⁵.

As pautas centrais do feminismo comunitário possuem um enfoque prioritário na construção de direitos coletivos a partir das comunidades tradicionais sem abandonar as identidades ancestrais. Para tal, caminham juntas as necessidades de despatriarcalização, decolonização dos corpos e dos territórios e resistência às agendas neoliberais. Vale ressaltar que em todas as ações a valorização social do grupo e o fortalecimento dos vínculos comunitários é inegociável.

Este alvo é o que proporciona o diferencial para esta proposta de feminismo que não é um fim em si mesmo, mas se apresenta como uma estratégia de melhorias sociais amplas aplicadas não só às mulheres, mas também englobando a Casa Comum. É uma nova forma de ser agente de transformação política no mundo, forma esta que tem a fundamentação das ações afirmativas no respeito à dignidade

³ SCHWINGEL, 2023, p. 04.

⁴ Sentipensar é um conceito desenvolvido pelo antropólogo Patricio Guerrero Arias que implica dar afetividade à inteligência. ARIAS, Patrício. **Por una antropología del corazón comprometida con la vida**. 2011. Disponível em encr.pw/lmjqq. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁵ Naquele momento histórico, iniciou-se a “Asamblea Feminista”, espaço de reflexão do feminismo protagonizado por mulheres indígenas, que se tornou o que hoje conhecemos por “feminismo comunitário”.



estendida a uma ampla rede de vida, humana e não humana, que vivencia coletivamente a partilha cósmica num mesmo tempo e espaço.

Para as comunidades tradicionais, a vida comunitária se expande em busca de articulação política para retornar mais forte e potente para si mesma, posto que esta se define a partir da afetividade presente na pertença social, no legado de sabedoria deixado pelos antepassados e na estruturação cosmológica da vida devida a ligação direta com as tradições herdadas dos antepassados e até mesmo com os nomes e características das personalidades de cada indivíduo. Essas características não são subjetivas. Longe disso! São bússolas de sentido para etnias inteiras cujas espiritualidades abarcam a concretude do corpo da terra para além das identidades individuais e são premissas fundamentais para a sobrevivência comunitária com os que estão presentes, os que se encantaram e os que estão por vir.

Falar de feminismo comunitário é abordar uma série de questões importantes relacionadas à luta das mulheres, especialmente aquelas que estão envolvidas em movimentos de solidariedade e defesa de direitos, bem como à questão do racismo à brasileira. As redes de solidariedade criadas por elas, onde a atuação se dá a partir de seus corpos-territórios, é uma das indicações do papel das mulheres em comunidades originárias na promoção de empatia e acolhimento, o que envolve questões como apoio mútuo, cuidado comunitário e resistência a injustiças. Outro aspecto importante é a luta pelo direito à terra que nada mais é do que uma luta justa pelo direito ancestral de cultivar a vida em sua plenitude, ato este que frequentemente tem sido ameaçado por desmatamento, mineração e outros interesses econômicos.

O feminismo comunitário também nos provoca a refletir sobre os corpos-território que mais sofrem com a falácia da democracia racial no Brasil. A ideologia do branqueamento que se traveste de interação harmônica entre as etnias que habitam esse país, tem sido historicamente usada para argumentar que o racismo não é um problema grave no país. Este “racismo à brasileira” que pretende ser suave, mas que na verdade é extremamente violento pois os corpos encarcerados, os corpos privados de terra e território, os corpos que estão às margens têm cor e gênero apesar da



retórica da convivência pacífica. Fato é que as estruturas racistas estão enraizadas em instituições como igreja, mídia e sistema educacional e promovem o silenciamento das mulheres apesar de serem elas que trazem à tona o papel crucial da resistência contra o racismo e outras formas de opressão.

Este modelo social racista no Brasil é construído a partir das relações com os biomas pois existem regiões inteiras neste país que ideologicamente foram e ainda são estruturadas para servir aos grandes centros capitalistas e, por isso, busca subalternizá-los. Faço referência à exploração predatória de recursos naturais e populacionais que afeta destrutivamente inúmeras comunidades tradicionais, sejam estas aldeamentos indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou caiçaras. Nestes contextos, meio ambiente e população, seres humanos e não humanos, subsistem integrados, na vida e na morte e este aspecto destaca a complexidade das lutas das mulheres em comunidades. Foram elencadas brevemente aqui questões de terra, racismo, sexismo e a luta pela dignidade, um amplo espectro onde as mulheres desempenham um papel fundamental na resistência a essas formas de opressão.

O PENSAMENTO ECO-SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA REFLORESTAR MENTES

O feminismo ameríndio que aqui tenho considerado a partir das lentes do feminismo comunitário, se estrutura como uma forma de resistência desafiando a lógica capitalista e a dominação imperialista que são predatórias por definição. Os questionamentos trazidos pelas mulheres em suas ações coletivas de transformação de mentalidades e paradigmas, envolve não só a resistência deliberada, mas também a crítica das tecnologias de dominação exercidas desde o período colonial, sempre refeitas e readaptadas pela voracidade do capital em suas transformações para adequação às materialidades históricas, mas que perpetuam desigualdades e opressão.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



A proposta de organização coletiva desmantela iniciativas personalistas e enfatiza a importância do aspecto comunitário uma vez que o corpo individual não existe plenamente a parte do corpo coletivo pois nele se estrutura em seus signos e significados. As mulheres envolvidas nessas lutas trabalham em conjunto para promover mudanças sociais e culturais e é exatamente por isso que a organização coletiva é vista como uma ferramenta poderosa para a resistência.

Quanto ao que chamo de “militância do cuidado” que é uma proposição básica desta maneira eco-social de pensar e agir, ressalto o papel fundamental do cuidado comunitário no feminismo ameríndio, cuidado este que não apenas visa o corpo individual, mas também engloba o corpo social e o da terra. O cuidado da comunidade é uma parte central da retórica de resistência dessas mulheres cuja riqueza simbólica está na integralidade dos corpos humanos e não humanos que se interpenetram e se sustentam, na forma holística de conceber a existência, aspecto presente em suas narrativas sobre si mesmas e suas comunidades.

Suas histórias e expressões têm significados profundos e poderosos que apontam para um entrelaçamento dos corpos na construção de relações e na compreensão física e espiritual da vida coletiva. Sendo assim, o feminismo ameríndio é uma forma de resistência que vai além da crítica ao patriarcado e ao racismo, também desafiando as estruturas capitalistas e imperialistas, promovendo a organização coletiva e enfatizando o cuidado comunitário, território onde a riqueza simbólica das narrativas de seus corpos-território são essenciais para a manutenção da força que se aplica na luta pela vida e pela dignidade.

Um exemplo riquíssimo desta maneira de pensar-se eco-socialmente é o mais recente texto da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) onde as mulheres indígenas que ali militam se utilizam elementos vitais do território para se definirem como “mulheres biomas”. O texto de r-existência diz assim:

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



nós, da ANMIGA, estamos organizadas a partir da compreensão do corpo-território de: Mulheres Terra, as co-fundadoras da rede, Mulheres Raízes, que estão no chão do território, articulando a rede para dentro das bases a partir de seus saberes e fazeres, Mulheres Sementes, que articulam e organizam nossas mobilizações nos estados, Mulheres Água, que atuam nas articulações e construções para além do território brasileiro. Somos terra, raízes, sementes e água, conectadas com nossa ancestralidade e atuando no tempo presente para a garantia da vida, não somente por nós, mas por todas e todos.⁶

Em outras palavras, estes corpos-territórios ameríndios são e sonham com uma sociedade gestada a partir de outras lógicas. Por serem historicamente protagonistas nas lutas ecológicas pela defesa do “bem comum”, estes corpos vestem-se das terras, das águas e das florestas, protegendo os biomas que nos oferecem maternagem e perpetuando as epistemologias e os valores culturais que estão em franco processo de extermínio desde a invasão europeia. O feminismo comunitário se posiciona como resistência à opressão, em favor da coletividade e da conexão ancestral com o bioma envolvente e todos os possíveis desdobramentos de tais aportes na estruturação do modo de ser-no-mundo característico das comunidades tradicionais.

Ao olharmos para nossa situação como mulheres amefricanas, precisamos vasculhar onde (e se ainda) está viva na memória do nosso corpo-terra a presença da sabedoria de que o território não é um recurso e por isso não pode ser encarado como um bem que pode ser explorado, vendido ou trocado inescrupulosamente. Essa demanda também nos pertence como crias que somos deste território. Essa demanda além de ser política é sagrada. Aprender com a solidariedade dos movimentos feministas ameríndios faz com que o labor para a manutenção e para o cuidado da própria vida, do corpo e do espírito mantenham vivos a memória de que a terra não é de propriedade como a estrutura capitalista insiste em afirmar, mas sim de pertencimento.

⁶ SCHWINGEL, 2023, p. 05.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



Ser corpo-território povoado de outras presenças, humanas ou não, é existência e espiritualidade se constitui amorosa e criativa, coletiva e enraizada no chão pelo qual se nutre de afeto. Não há como pensar aspectos da espiritualidade originária e sua cosmopercepção do sagrado a partir do corpo de mulher sem considerar a força da coletividade que impregna a vida das comunidades tradicionais e onde o feminismo comunitário abre caminhos para a vivência de ações de resistência por terra e território num contexto em que a luta pelo chão onde se pisa é a luta pela própria vida. Lutas estas, que não podem ser compreendidas a parte do território pois estão enredadas no bioma e têm nas suas diretrizes a continuidade da existência da comunidade composta por entes humanos e não humanos, solidária e fraternamente.

Neste aspecto se desnuda a premissa de que a América Latina, enquanto locus geográfico, é espaço epistemológico e político fértil ao cultivo e colheita de novas perspectivas de superação da modernidade eurocentrada, predatória e epistemicida por definição. A atuação das mulheres como protagonistas não apenas nos contextos comunitários, mas também no ambiente político mais amplo, ressalta que neste conceito geopolítico do saber, a questão central “não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o fato de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o locus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo político do sujeito que fala”⁷. O corpo político, a voz que os corpos-territórios enunciam a partir das margens, sendo caminhanças das fronteiras por excelência, são potentes o suficiente para propor outros mapas e rotas seguras de transformação da realidade vigente tendo como pressuposto uma visão holística da vida, dialogalmente abertas à alteridade posto que forjadas na empatia da coletividade onde a promoção de laços comunitários é condição central de resistência há séculos.

⁷ GROSGUÉL, Ramon. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 386.



O FEMINISMO COMUNITÁRIO E A COSMOVIVÊNCIA ANCESTRAL DO SAGRADO EM PERSPECTIVA DIALOGAL

Falar de corpo-território é falar de corpo político coletivo, premissa básica do feminismo comunitário originário pois até mesmo nos processos de aprendizagem intergeracional, as mulheres aldeadas partilham do legado recebido de suas matriarcas e, umas com as outras, sendo grandes elos de uma mesma rede ancestral em plena atuação nas suas comunidades visando o bem viver. Atrelar essa cosmopercepção às questões da espiritualidade e do sagrado só mostra como este tipo de entendimento de si e do grupo é poderoso para estabelecer novas ações nos territórios visto que toda vida importa e com todo o bioma pode-se aprender a ser coletivamente.

Seminalmente aqui estão novas categorias de análise e reconstrução viáveis no enfrentamento do atual modelo de suposto desenvolvimento econômico que não respeita nem o ser humano e nem a terra pois é parte da mentalidade predatória capitalista, diametralmente oposta das propostas pautadas na reciprocidade, na partilha e na vivência comunitária indígena que não está enraizada na lógica mercenária da acumulação. Isto nos leva a analisar também as questões religiosas da atualidade posto que os empreendimentos missiológicos cristãos ainda são exercidos de maneira colonialista. Por isso pergunto: como falar da encarnação do Verbo se o Evangelho conforme tem sido anunciado em territórios ancestrais não considera as vivências da metafísica destes corpos-território?

Nesta cosmopercepção, a espiritualidade está banhada pela certeza da presença dos encantados e das forças que permeiam o sobrenatural imanente na Casa Comum e contra as múltiplas ameaças, perigos e violências impetrados pela sociedade não-indígena que constantemente ameaça com epistemicídios, estas vozes reverberam nos signos e nos significantes sacros. Dito de outra forma: para manter a fé, há que se manter na luta! Distintas e distantes do cristianismo eurocêntrico e colonial, as cosmopercepções das espiritualidades originárias, são



sistematicamente demonizadas por séculos, haja visto as notícias de casas de reza destruídas por incêndios criminosos e lideranças espirituais tradicionais perseguidas.

Tais práticas de violência herdadas da teologia colonial ignora o fato de que mesmo tendo no próprio texto bíblico a penetrante afirmação de que o elemento divino não se pode aprisionar em concepções únicas visto ser multiforme, não percebe que a divina Ruah não se deixar amordaçar e manifesta-se soberana a todas as etnias em seus rituais de espiritualidade que conservam o deslumbre próprio dos encantamentos que o sagrado produz em nós.

Ressignificando as práticas tupinambás e considerando a antropofagia⁸ enquanto método dialético, podemos nos apoderar das virtudes e forças, “comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro”⁹ e assim podemos nutrir com o Evangelho de Cristo formas de gestar e parir outros mundos possíveis no contexto do evangelicalismo brasileiro pois a cosmovivência teológica conforme experimentada pelos povos indígenas que não dissociam suas estruturas písticas das práticas cotidianas e nem a compreendem como algo individualista que se pode usufruir na solidão ou imperialista que se pode impor. Elas nos abrem novas trilhas na travessia da existência onde somos todos caminhantes e, por isso, nos deparamos sempre com cenários diversos e desafiadores, pois a vivência da fé de uma maneira mais conectada com a realidade cotidiana pode levar a uma compreensão mais profunda e enriquecedora da espiritualidade.

É possível que as experiências de fé que atravessam e são atravessadas não apenas pelos conceitos frios das dogmáticas sejam vivificados por corpos individuais entrelaçados em copos sociais ou coletividades múltiplas que por sua vez enraizam-

⁸ Na cosmologia ameríndia, segundo análises do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro acerca das práticas antropofágicas dos tupinambás, a alma é um atributo imanente a todas as coisas e o corpo, em oposição, está sempre em construção, é um devir em fluxo permanente na relação com seres e coisas. Esse processo de transformação presente no pensamento ameríndio consiste na tradução do ser do outro, dialogalmente onde não só a comunicação, mas a validação do sujeito se dá pela diferença.

⁹ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 91.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



se no corpo da terra, nossa Casa Comum. A fé não é apenas uma questão de conceitos ou dogmas, mas algo vivido no corpo e na comunidade. Isso implica que a espiritualidade se manifesta nas experiências cotidianas das pessoas e nas interações com outros membros da comunidade. Por isso, a proposta de enraizar essas experiências de fé no corpo da terra, nutre uma valiosa perspectiva de cuidado com o meio ambiente e a compreensão de que a espiritualidade está interligada com a natureza, e a partir dela muito pode apreender sobre seus ciclos litúrgicos, devocionais e poéticos.

Valorizar os saberes locais e as tradições orais como modos da revelação da graça Divina implica compreender que as crenças e práticas tradicionais têm um valor espiritual significativo e não devem ser ignoradas ou diminuídas em favor de dogmas religiosos engessados pelo tempo. Esta espiritualidade vivida e comunitária, enraizada na terra e engrandecedora das tradições ancestrais expressa a graça Divina que ao mesmo tempo entenece o coração e prepara para lutar pela justiça quando promove uma compreensão mais holística da fé que abraça a interconexão entre os corpos individuais, a comunidade e a natureza. Corpos que dançam e cantam juntos, que saboreiam o alimento com gratidão ao Criador e relembram de maneira intergeracional a tradição sapiencial que preservam apesar de todo o epistemicídio promovido pelo colonialismo. Valorizemos esses saberes do nosso chão e suas respectivas tradições orais como revelação da graça Divina, estabelecida a partir de um cotidiano vivo que é a marca registrada da proximidade destes irmãos e irmãs com o sagrado que nos rodeia e se manifesta em graça a nós.

CONCLUSÃO

Para encerrar, afirmo que as mulheres indígenas nos ensinam que só se pode ser a partir da compreensão do todo, da espiritualidade presente no ordinário da vida, na batida do pé no chão e do maracá no rezo ancestral. Esta espiritualidade que a tudo atravessa e se faz presente em todo lugar, está muito além de um discurso. É



feita de luta, de dança, de ancestralidades coletivas que com seus saberes compartilhados ensinam o entendimento sobre a vida, a comunidade e o território de geração a geração. Diante do “entroncamento de patriarcados”¹⁰, o feminismo comunitário apresenta uma “situação paradigmática de resolução das tensões derivadas da dupla inserção das mulheres na luta pelos povos indígenas e na luta de frente interna por melhores condições de existência para o seu gênero.”¹¹

Por isso, defender o direito às vivências múltiplas de maneira abrangente, ou seja, das pertencas de espiritualidade às multiplicidades das estruturações étnico-sociais, é fortalecer o caminho do entendimento e do bem viver, o caminho da democracia e da garantia de direitos. Como Julieta Paredes afirma acerca do feminismo comunitário, este se propõe a fazer com que nós mulheres possamos, em nossas pluralidades, “pensar por nós mesmas, sonhar por nós mesmas [...] entender a territorialidade como um estar neste planeta num ponto determinado. E existem milhares de pontos neste planeta”¹².

A proposta de pautar reflexões e práxis a partir das mulheres ameríndias pode nos proporcionar um salto qualitativo em matéria de respeito à biodiversidade e a imersão no feminismo comunitário pode nos despertar para possibilidades concretas de reescrita da história visando uma imensa gama de pontos de partida para uma nova rede, um novo final. Esta construção a partir da percepção ancestral de si mesmo, do outro e de Pachamama é uma forma poderosa de desafiar as forças predatórias do capitalismo na sua face neoliberal, bem como o patriarcado e a destruição ecológica.

¹⁰ Termo usado por Julieta Paredes em sua obra **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. 3. ed. La Paz: CEDEC y Mujeres Creando Comunidad, 2010.

¹¹ SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, [S.l.], v. 18, 2012. Disponível em <https://encurtador.com.br/aDIM5>. Acesso em 10 jun. 2023.

¹² CHAVES, Kena Azevedo. ‘Hacia la Comunidad, Siempre’, os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 286-298, 2020. Disponível em <https://encurtador.com.br/psEGS>. Acesso em: 10 jul. 2023.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



No âmbito teológico propriamente dito, recolocar no cerne da celebração da vida e da liberdade o corpo-território que dança e está sempre em movimento com seus pés fincados no chão, é ir na direção da Terra Sem Males, é valorizando as mulheres de forma paritária e respeitar suas ações pelo bem comum, é degustar os suculentos frutos de esperança e sabedoria que produzem, é o corazonar de Arias aplicado a totalidade da vida.

Hoje sabemos, como nos ensina a sabedoria Secoya, que também somos estrelas com coração e consciência, que existimos não só porque pensamos, mas porque sentimos, porque temos a capacidade de amar; portanto, hoje trata-se de recuperar a sensibilidade, de abrir espaços para a insurgência da ternura, que permita colocar o coração como princípio do humano, sem que isso implique renunciar à razão, porque se trata de dar afetividade à inteligência, de começar a sentir-pensar a vida. Corazonar procura deslocar o centro hegemônico da razão para colocar o afeto em primeiro lugar, mas não para negar a razão, mas para quebrar a sua hegemonia.¹³

Sim, aqui, onde se cuida, se cultiva e também se baila junto, a ação coletiva é afetiva antes de mais nada, age em respeito à diversidade, aos ciclos de cada um e da natureza, reforça o entendimento pleno de que formas predatórias de existência não são benéficas em nenhuma instância para nenhum corpo, seja individual, coletivo ou da terra. Sejamos junto com essas mulheres-biomas, férteis de movimentos de múltiplas resistências à exploração capitalista que nos limita nos modos de ser gente e engessa as formas de viver a espiritualidade que deveria ser libertadora, mas que por vezes fica condicionada a agendas de opressão. O feminismo comunitário ameríndio bem como sua cosmovivência do sagrado em corpos que não apenas sofrem, mas também gozam, cultiva r-existências!

REFERÊNCIAS

ARIAS, Patrício. **Por una antropología del corazonar comprometida con la vida.** 2011. Disponível em encr.pw/lmjqq. Acesso em: 05 mar. 2023.

¹³ ARIAS, 2011, p. 99.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



CHAVES, Kena Azevedo. 'Hacia la Comunidad, Siempre', os Caminhos do Feminismo Comunitário: Entrevista com Julieta Paredes. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 286-298, 2020. Disponível em <https://encurtador.com.br/psEGS>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GROSGOUEL, Ramon. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. 3. ed. La Paz: CEDEC y Mujeres Creando Comunidad, 2010.

SCHWINGEL, Kassiane (org.). **Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!** Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia; Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/prisc/Downloads/COMIN-Mulherescorposterritoriosindigenasemresistencia_2023.pdf. Acesso em: 05 maio 2023.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, [S.l.], v. 18, 2012. Disponível em <https://encurtador.com.br/aDIM5>. Acesso em 10 jun. 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.